

# A nova BNCC do Ensino Médio: Uma revisão de trabalhos publicados no Portal de Periódicos Capes/MEC

The new BNCC of high school education: A review of works published in Capes/MEC Journal Portal

El nuevo BNCC de la educación secundaria: Una revisión de obras publicadas en el Portal de la Revista Capes/MEC

*Lana Cristina Barbosa de Melo<sup>1</sup>*  
*Maria Almerinda de Souza Matos<sup>2</sup>*  
*Nayara Ferreira Costa<sup>3</sup>*

## Resumo

Esta revisão bibliográfica qualitativa realizada a partir da consulta aos termos "BNCC Ensino Médio" na base de dados do portal de periódicos capes, buscou analisar as discussões empreendidas nos artigos científicos para análise dos impactos da reforma do Ensino Médio na educação de jovens estudantes, tendo como método o materialismo histórico-dialético. A leitura e síntese analítica realizadas permitem compreender que o currículo do Ensino Médio, a partir da BNCC visa atuar de forma a compor o quadro de formação humana que o capital demanda, passando pela minimização curricular e o rebaixamento dos conteúdos, o que agrava as desigualdades educacionais já existentes no Brasil, ademais, as pesquisas indicam que a BNCC pode ser considerada um instrumento de controle adotado para recomposição da hegemonia neoliberal na sociedade brasileira e, na educação, serviu para a implementação de uma formação baseada em conteúdos de ideologia privatista para as juventudes oriundas das classes trabalhadoras.

**Palavras-chave:** Reforma educacional; BNCC; Ensino Médio; Capes/MEC; Classe trabalhadora.

## Abstract

This qualitative bibliographical review carried out from the consultation of the terms "BNCC Ensino Médio" in the database of the capes journals portal, sought to analyze the discussions undertaken in the scientific articles to analyze the impacts of the reform of the Secondary Education in the education of young students, having as a method, historical-dialectical materialism. The reading and analytical synthesis carried out allow us to understand that the High School curriculum, based on the BNCC, aims to act in such a way as to compose the framework of human training that capital demands, going through the minimization of the curriculum and the downgrading of contents, which aggravates inequalities already existing in Brazil, moreover, research indicates that the BNCC can be considered an instrument of control adopted to recompose the neoliberal hegemony in Brazilian society and, in education, it served to implement training based on contents of privatist ideology for the youths from the working classes.

**Keywords:** Educational reform; BNCC; High school; Capes/MEC; Working class.

<sup>1</sup> Instituto Federal de Roraima, Boa Vista/RR – Brasil. E-mail: [lane.melo@ifrr.edu.br](mailto:lane.melo@ifrr.edu.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8661-713X>.

<sup>2</sup> Universidade Federal do Amazonas, Manaus/AM – Brasil. E-mail: [profalmerinda@ufam.edu.br](mailto:profalmerinda@ufam.edu.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4776-2155>.

<sup>3</sup> Universidade Federal do Amazonas, Manaus/AM – Brasil. E-mail: [nay.ped@hotmail.com](mailto:nay.ped@hotmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6015-8916>.

## Resumen

Esta revisión bibliográfica cualitativa realizada a partir de la consulta de los términos "BNCC Ensino Médio" en la base de datos del portal de periódicos capes, buscó analizar las discusiones emprendidas en los artículos científicos para analizar los impactos de la reforma de la Educación Secundaria en el educación de jóvenes estudiantes, teniendo como método, el materialismo histórico-dialéctico. La lectura y la síntesis analítica realizadas permiten comprender que el currículo de la Enseñanza Media, con base en la BNCC, pretende actuar de manera de componer el entramado de formación humana que demanda el capital, pasando por la minimización del currículo y la degradación de los contenidos, lo que agrava las desigualdades ya existentes en Brasil, además, investigaciones indican que el BNCC puede ser considerado un instrumento de control adoptado para recomponer la hegemonía neoliberal en la sociedad brasileña y, en educación, sirvió para implementar una formación basada en contenidos de los privatistas ideología para los jóvenes de las clases trabajadoras.

**Palabras clave:** Reforma educativa; BNCC; Escuela secundaria; Cabos/MEC; Clase obrera.

## Introdução

Iniciamos resgatando que o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024, aprovado pela Lei nº 13005/2014, definiu como uma de suas metas a construção de uma Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, Lei nº 13005, 2014). No ano seguinte, 2015, a BNCC referente ao Ensino Médio, começa a ser sistematizada, ainda no governo Dilma. Contudo, com o impeachment de Rousseff e a derrubada do governo constitucional, com finalidade de impor um pacote de políticas de austeridade para o país, implementado pelo governo que se seguiu, a BNCC foi um instrumento importante para a implementação da Reforma do Ensino Médio. Devemos aqui apontar que a BNCC normatiza os conteúdos, habilidades e competências para os currículos dos sistemas de ensino e das escolas da Educação Básica e afeta também os cursos de licenciatura do Ensino Superior.

A então Medida Provisória nº 746/2016 – depois transformada na Lei nº 13.415/2017, ou Lei da Reforma do Ensino Médio – previa a extinção de importantes componentes curriculares para a formação da consciência crítica além da ausência de uma perspectiva cidadã, crítica, coletiva, ética. A volta da abordagem por competências representa a hegemonia da classe empresarial no processo de elaboração do documento. Devemos esclarecer que o movimento em defesa da abordagem por competências não é novo na história da educação, e nem é neutra, e acontece por meio de:

Linguagens e metáforas que nos levam a denominar de forma aparentemente nova aquilo que, até então, reconhecíamos de outra forma [...] A linguagem que escolhemos na educação nunca é neutra, porque com ela compreendemos a realidade educacional de uma forma e não de outra (SACRISTAN, 2011, p. 7-8).

Assim, a reforma foi amplamente noticiada pela mídia tradicional de modo que endossou a apropriação do discurso por sua urgência no atendimento às necessidades da juventude implicando à liberdade de escolha para esse público. E, por esses caminhos, se efetivou a minimização curricular além da abertura explícita ao mercado de empresas prestadoras de serviços educacionais no que se refere à oferta dos itinerários formativos (FERRETI, 2021; MARTINS, 2013). Ou seja, o mercado não iria apenas ditar como e quais

conteúdos seriam ministrados na escola, ele passa também a ter acesso a uma significativa parcela de verba pública para financiar ações da iniciativa privada na escola pública da Educação Básica (FERRETI, 2021).

O movimento reformista na qual a reforma do Ensino Médio brasileiro faz parte, compõem um movimento de retomada neo/ultra/liberal que atingiu toda a América Latina. A América Latina vem sofrendo um ataque duro às suas democracias e com o Brasil não foi diferente, e em 2016 sofreu o que Lowy (2016) chama de golpe parlamentar. O autor defende que é interessante ao imperialismo capitalista manter os países latinos em condição de subalternidade para explorar e extrair suas riquezas.

Essa forma de colonização capitalista apresenta várias faces que se interligam e se inserem nas discussões públicas dos países latino-americanos através de instituições e organizações de todas as naturezas e especialmente do terceiro setor, a saber: ambientais, econômicas e educacionais (DIAZ; MENDOZA, 2018). Sabemos que compreender por si só essa realidade não garante transformações, portanto, o que defendemos é que a educação e a escolarização desatreladas do terceiro setor sejam imprescindíveis para os esclarecimentos dos fatos que originam a precarização da vida humana, em especial dos jovens trabalhadores aos padrões de produtividade. Além disso, na educação está uma das possibilidades de mudança estrutural do sistema.

Quadros (2020, p. 18) afirma que “não houve surpresa que o empresariado brasileiro aplaudisse a reforma” e consequentemente as respostas dadas pelo governo no campo educacional agradaram a uma classe específica: a burguesia. O autor menciona a existência de vários estudos e pesquisas que apontam de forma clara a influência da burguesia, do empresariado e das organizações do terceiro setor nas políticas educacionais.

Logo, ao propor uma análise curricular no Brasil se faz necessário compreender o entrelace com a BNCC, pois o pano de fundo histórico e político em que a BNCC do Ensino Médio foi implementada serve para orientar as discussões de suas implicações para os currículos nessa etapa de ensino. Portanto, o enfoque apresentado nesse estudo deu-se sobre as discussões propostas em 10 artigos encontrados na busca feita na base de dados do Portal de Periódicos Capes/MEC através dos termos “BNCC Ensino Médio” em periódicos revisados por pares. Não foram colocadas datas de início e fim de busca. As publicações acerca dos termos levantados dataram a partir de 2016, ano da MP nº 746/2016 e totalizaram 80 produções até maio de 2021, ano de realização do levantamento.

Cabe salientar que os aspectos políticos, históricos e legais que contribuíram para elaboração e implementação da BNCC na sua versão imposta em 2018 para o Ensino Médio são indissociáveis de seus conteúdos. Um exemplo disso é o que Rodrigues e Mohr (2021) discorrem sobre a área de ciências na BNCC: a volta de perspectivas epistemológicas positivistas. Esse é um ponto crítico da Base, visto que “ela é apresentada como uma inovação, quando, objetivamente reedita modelos historicamente questionados e constitui-se como uma política de centralização curricular” (FÁVERO; CENTENARO; BUKOWSKI, 2021, p. 1676).

Desse modo, a apreciação aqui apresentada corrobora com Behring e Boschetti

(2010), cuja afirmação é de que as análises de processos e relações sociais são impregnadas de política e projetos societários, expondo a impossibilidade de existir uma neutralidade científica em torno da intencionalidade dos legisladores, ou seja, a reforma do Ensino Médio tem conexão com seu contexto de produção, tem articulação com interesses de classes, de gênero, raça e região, correndo o risco de cercear, pelo currículo, estudos e debates que questionem relações de poder e hierarquias que alicerçam as desigualdades sociais e de empregabilidade dos jovens trabalhadores no Brasil.

A revisão bibliográfica realizada tem caráter qualitativo e utiliza como método o materialismo histórico-dialético para analisar as discussões sobre a BNCC e o Ensino Médio encontradas na base de dados do Portal de Periódicos Capes/MEC por meio dos termos supracitados. O estudo buscou conhecer os debates e reflexões produzidas no âmbito científico e seus reflexos para a educação dos filhos da classe trabalhadora (SOUZA; BACKES; PRADO, 2016). A pesquisa foi conduzida pela questão: Quais as discussões acerca da BNCC para o Ensino Médio foram encontradas no Portal de Periódicos Capes/MEC? A escolha por essa base de dados se deu pelo fato que ela dá ao pesquisador uma diversidade de artigos para a análise.

Em seguida elaborou-se os critérios de inclusão e exclusão dos textos. Os critérios de inclusão foram: artigos revisados por pares e os 10 primeiros apresentados na busca pelos termos: "BNCC Ensino Médio". No critério "período" foi inserida apenas a data fim em que constou o ano de 2021. A seleção dos dez artigos se deu em função de possibilitar a leitura integral do texto para conhecer as discussões que permeiam o Ensino Médio e as alterações da sua organização curricular e outras implicações educacional causadas pela BNCC do Ensino Médio, visto que foram encontrados 80 artigos nesta consulta.

Foram excluídos livros, teses e dissertações, em virtude de que a intenção da pesquisa é produzir uma síntese do que está em discussão acerca da BNCC em artigos para que, a partir disso, seja possível para traçar um panorama histórico em relação às recorrências e lacunas encontradas e que se configuram como uma revisão de literatura (VOSGERAU; ROMANOWSKI, 2014). Dentre as possibilidades de revisões, esta caracteriza-se como sendo de literatura seguindo a metodologia e fonte adotadas por Silva *et al.*, (2017, p. 855):

Para o levantamento dos artigos na literatura, realizou-se uma busca no Portal de Periódicos da CAPES, por meio do acesso remoto ao conteúdo assinado, a partir do acesso CA-Fe – Comunidade Acadêmica Federada, provido pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) para instituições de ensino federadas.

Os artigos analisados foram divididos em dois grupos: o primeiro, composto por sete artigos, privilegiam discussões em torno das implicações da BNCC para o currículo do Ensino Médio; e o segundo, constituído por três artigos, com enfoques que recaem sobre o trabalho pedagógico com os componentes curriculares e pressupostos didáticos para atuar de acordo com as normativas. Das dez pesquisas selecionadas, duas são históricas, sete são de análise documental e uma exploratória; todas, por sua vez, de abordagem qualitativa.

Dentre as implicações que constam nas discussões produzidas, a minimização

curricular e a formação de baixa qualidade ofertada pelo Ensino Médio voltada apenas à profissionalização das juventudes, especialmente os filhos da classe trabalhadora, são os pontos mais enfatizados, além da flexibilização para a abertura e influência empresarial da ação de instituições da iniciativa privada nessa etapa da educação brasileira.

As pesquisas que fizeram parte desse estudo foram realizadas no âmbito da pós-graduação stricto sensu por instituições dos estados de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Goiás, Mato Grosso e Paraíba e são prioritariamente documentais e abordam também o contexto histórico em que a BNCC do Ensino Médio foi imposta.

## **As implicações da BNCC para o currículo do Ensino Médio no Portal de Periódicos Capes/MEC**

Compostas por análises documentais, pesquisas históricas e uma exploratória, as discussões no Portal de Periódicos Capes/MEC acerca das implicações da BNCC para o currículo do Ensino Médio apresentam, de forma perceptível, nos artigos que compuseram o corpo desse estudo, a ênfase dada pelos autores aos processos de construção e publicação da BNCC e os momentos vividos política brasileira. Esta, por sua vez, estava marcada pelo pós-golpe parlamentar e no plano econômico, estava ainda mais submissa ao mercado internacional, marcadamente ultra neoliberal. Além disso, apresentam críticas ao currículo homogeneizador que visa atender demandas e necessidades que não são homogêneas, já que os jovens trabalhadores brasileiros não são iguais e nem se inserem nas mesmas experiências de vida e provavelmente não arquitetam os mesmos projetos ofertados nos itinerários formativos da BNCC do Ensino Médio.

Canabrava (2020, p. 111) salienta que “houve um tempo recorde de produção e redação da BNCC para o Ensino Médio, visto que em abril de 2018 foi apresentada a primeira versão e sua homologação ocorreu em dezembro do mesmo ano”. Não há, segundo Quadros (2020) nenhuma ação parecida, no âmbito educacional, que tenha ocorrido por meio de decreto durante o período democrático brasileiro.

Canabrava (2020) destaca ainda o momento em que o então presidente Temer apresenta a reforma para a sociedade brasileira de modo a minimizar as manifestações que contestavam a sua legitimidade no comando do executivo federal e, para além disso, não deixar claro o fato de que a BNCC do Ensino Médio compôs um conjunto de reformas com a Proposta de Emenda à Constituição – PEC do teto, agora Emenda Constitucional nº 95/2016, ou seja, um pacote de ações do governo Temer que indicava sua posição favorável ao mercado.

Ferreti e Silva (2017, p. 396) elucidam, de forma a reforçar a análise de Canabrava (2020), em relação ao pouco tempo para discussões públicas, de análises e de audiências públicas o que deixou claro um o cenário da disputa em torno das finalidades, dos conteúdos e dos formatos que deve ter o Ensino Médio brasileiro. Contudo, Ferreti e Silva (2017, p. 400) asseveram que “ações de natureza similar à MP nº 746/2016 não devem ser vistas como uma grande novidade na história da educação brasileira, esse cenário tem resquícios da década de 1970 em plena ditadura militar”. De forma a confirmar, os autores

demonstram que os grupos privatistas do campo educacional também ganharam espaço após o golpe de 1964 (QUADROS, 2020).

Na década de 1990 as políticas educacionais reformistas para o Ensino Médio, assim como a Reforma do Ensino Médio de 2017, “estabeleciam competências a serem desenvolvidas e à formação básica sucederiam ênfases e disciplinas optativas, escolhidas pelo estudante” (CASAGRANDE; ALONSO; SILVA, 2019, p. 413). Em outras palavras, se prioriza um suposto protagonismo do jovem em detrimento do protagonismo do professor mas sem o protagonismo do professor na produção do currículo, dificilmente será construída uma educação de qualidade socialmente referenciada.

Reforça-se que as ações reformistas para o Ensino Médio se construíram a partir da utilização das reais necessidades educacionais e “sua legislação e implicações no currículo se apropriam de discursos e desejos sociais legítimos como a oferta de escola de boa qualidade e formação de cidadãos atuantes na democracia” (BRANCO *et al.*, 2019, p. 352). Porém, tais necessidades legítimas vem sendo utilizadas como chavão para seguir os reais objetivos privatistas das políticas públicas.

A partir desse entendimento de utilização das necessidades educacionais da sociedade é que as organizações empresariais buscam na educação um meio de exercer sua hegemonia e ideologia, e isso acontece de duas formas: ora espalhando a noção de responsabilidade social baseada no ideário da Terceira Via, ora espalhando a ideia de que só pela educação das habilidades e competências o jovem se adequará ao mercado de trabalho. Assim, nessa direção, o empresariado vem se solidificando no cenário brasileiro, conforme pode ser visto no quadro abaixo (QUADRO 1) nas pesquisas dos artigos que constituíram este estudo:

Quadro 1 – Referências e apontamentos dos artigos que compuseram o estudo.

| IMPLICAÇÕES DA BNCC PARA O CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |  |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| 1. ALMEIDA, Bellucci Pires de Ivanete; BATISTA, Soares dos Santos Sueli. Educação profissional no contexto das reformas curriculares para o Ensino Médio no Brasil. <b>EccoS Revista Científica</b> , São Paulo, n. 41, p. 17-29, set./dez., 2016. Disponível em: <a href="https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/6804/3373">https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/6804/3373</a> . Acesso em: 5 mai. 2021. |  |
| Síntese histórica em que assinala a precarização não apenas do Ensino Médio, mas também do ensino superior, além de não significar possibilidade de escolha aos jovens e, tampouco, significa melhoria na educação já que a BNCC representa um documento que ratifica e reproduz as desigualdades educacionais.                                                                                                                 |  |
| 2. BRANCO, Alessandra Batista de Godoi <i>et al.</i> Urgência da reforma do Ensino Médio e emergência da BNCC. <b>Revista Contemporânea de Educação</b> , Rio de Janeiro, v. 14, n. 29, p. 345-363, jan./abr., 2019. Disponível em: <a href="https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/22187/pdf">https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/22187/pdf</a> . Acesso em: 1º mai. 2021.                        |  |
| Pesquisa Documental que aponta a BNCC e a Reforma do Ensino Médio servem apenas para o aligeiramento dos estudos, aumento da desigualdade sociais e educacionais, submetidos aos interesses do mercado.                                                                                                                                                                                                                         |  |
| 3. CAETANO, Maria Raquel. Agora o Brasil tem uma Base! A BNCC e as influências do setor empresarial. Que Base? <b>Educação em Revista</b> , Marília, v.21, n. 02, p. 65-82, julho, 2020. Disponível em: <a href="https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/9993">https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/9993</a> . Acesso em: 2 mai. 2021.                 |  |
| Análise documental cujo tema é a relação público-privado presente na elaboração da BNCC, esta, por sua vez, sinaliza o esvaziamento da educação sob forte influência privatista nos conteúdos escolares.                                                                                                                                                                                                                        |  |
| 4. CANABRAVA, Bruna Werneck. Ensino Médio no Rio de Janeiro: como avançar em contexto adverso. <b>E-mosaicos. Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura do Instituto de Aplicação</b>                                                                                                                                                                                                                    |  |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p><b>Fernando Rodrigues Silveira (CAP- UERJ)</b>, Rio de Janeiro, v. 9, n. 21, p. 107-119, mai/ago., 2020. Disponível em: <a href="https://doaj.org/article/50fc51adffc5491eb3ae2289638013a3">https://doaj.org/article/50fc51adffc5491eb3ae2289638013a3</a>. Acesso em 3 de maio de 2021.</p>                                                                                                                                                                                  |
| <p>O resgate histórico e análise do contexto político do estado do Rio de Janeiro, aponta que além da reformulação dos currículos a formação dos professores também é afetada e aponta a necessidade de intervir nos rumos da educação e transpor as críticas. Apresenta a rapidez com a qual a Reforma e a BNCC entraram em vigor.</p>                                                                                                                                         |
| <p>5. CANETTIERI, Marina Kurotusch; PARANAHYBA, Jordana de Castro Balduino; SANTOS, Soraya Vieira. Habilidades socioemocionais: da BNCC às salas de aula. <b>Educação &amp; Formação</b>, [S.l.], v. 6, n. 2, p. 1-21, março, 2021. Disponível em: <a href="https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/4406">https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/4406</a>. Acesso em: 5 mai. 2021.</p>                                                         |
| <p>Pesquisa de caráter documental que identificou as bases epistemológicas e os marcos legais que subsidiam o conceito de habilidades socioemocionais da BNCC. Parte do princípio que a BNCC busca manter a pluralidade dos currículos, porém, apontam que existem lacunas teóricas que promovem uma ideologia meritocrática de uma sociedade promotora de desigualdade e adoecimento.</p>                                                                                      |
| <p>6. COSTA, Hugo Heleno Camilo; LOPES, Alice Casimiro. A contextualização do conhecimento no Ensino Médio: tentativas de controle do outro. <b>Educação &amp; Sociedade</b>, Campinas, v. 39, n. 143, p. 301-320, abr./jun., 2018. Disponível em: <a href="https://www.scielo.br/j/es/a/W4MMBN4nfbVN7gn9xM5GcfQ/?format=pdf&amp;lang=pt">https://www.scielo.br/j/es/a/W4MMBN4nfbVN7gn9xM5GcfQ/?format=pdf&amp;lang=pt</a>. Acesso em: 6 mai. 2021.</p>                         |
| <p>Defendem outras possibilidades de currículos para além da BNCC e DCNEM, ademais, afirmam que a BNCC busca a todo o momento defender a ideia de conhecimento predefinido.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| <p>7. FERRETI, Celso João; SILVA, Monica Ribeiro da. Reforma do Ensino Médio no contexto da Medida Provisória nº 746/2016: Estado, currículo e disputas por HEGEMONIA. <b>Educação &amp; Sociedade</b>, Campinas, v. 38, n. 139, p. 385-404, abr./jun., 2017. Disponível em: <a href="https://www.scielo.br/j/es/a/LkC9k3GXWjMW37FTfSsKtQ/?format=pdf&amp;lang=pt">https://www.scielo.br/j/es/a/LkC9k3GXWjMW37FTfSsKtQ/?format=pdf&amp;lang=pt</a>. Acesso em: 6 mai. 2021.</p> |
| <p>Análise documental da MP nº 746/2016 e o percurso para implementação da Reforma, neste artigo os autores assinalam para o não ineditismo de ações como essas submetidas aos interesses do mercado no âmbito do Ensino Médio desde a década de 1970 numa disputa pela hegemonia das finalidades de formação das juventudes.</p>                                                                                                                                               |
| <p><b>AS IMPLICAÇÕES DA BNCC PARA O TRABALHO PEDAGÓGICO, COMPONENTES CURRICULARES E PRESSUPOSTOS DIDÁTICOS</b></p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
| <p>8. BENASSI, Beatris Pasuck Cassiane, FERREIRA, Grando Mariane, STRIEDER, Dulce Maria. O percurso do ensino de física na Educação Básica: um olhar comparativo entre os PCNS e a BNCC. <b>Arquivos do Mudi</b>, [S. l.], v. 24, n. 3, p. 11-20, dez., 2020. Disponível em: <a href="https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ArqMudi/article/view/55333">https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ArqMudi/article/view/55333</a>. Acesso em: 1º mai. 2021.</p>                  |
| <p>Análise documental cujo teor é a comparação entre o que é preconizado no ensino de física na BNCC e o que foi preconizado nos PCN. Alertam para o possível desaparecimento do componente curricular e o papel do professor é central nas resoluções dos problemas ligados ao ensino, aliados à formação, os autores apontam que é preciso também prover melhores condições de trabalho docente.</p>                                                                          |
| <p>9. DANTAS, Wallace; SANTOS, Eliete Correia dos. As ideias linguísticas do círculo de Bakhtin na base nacional comum curricular (BNCC). <b>Macabéa – Revista Eletrônica do Netlli</b>, v. 9, n. 3, p. 287-303, jul/set., 2020. Disponível em: <a href="http://periodicos.urca.br/ojs/index.php/MacREN/article/view/2401/1810">http://periodicos.urca.br/ojs/index.php/MacREN/article/view/2401/1810</a>. Acesso em: 3 mai. 2021.</p>                                          |
| <p>Análise Documental que apresenta a BNCC ancorada em uma base teórica dialógica. O documento é visto como uma possibilidade de fomentar prática pedagógica mais social e humana.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
| <p>10. TUSSI, Matheus Gazzola. Letramentos e Gêneros Discursivos Jurídicos no Ensino Médio: Possibilidades de Estudo a Partir da Base Nacional Comum Curricular. <b>Linguagem em Foco</b>, Fortaleza, v. 12, n. 1, p. 41-54, mai., 2020. Disponível em: <a href="https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/3114">https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/3114</a>. Acesso em: 1º mai. 2021.</p>                                   |
| <p>Análise documental cujo teor é o espaço que os textos jurídicos tem na BNCC, o autor avalia esse processo como um avanço.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |

Fonte: Elaboração das autoras

No que tange as especificidades dos artigos que fizeram parte desse estudo,

Almeida e Batista (2016) e Canabrava (2020) trazem a perspectiva histórica em suas pesquisas com enfoque sobre análises documentais construídas, Branco *et al.* (2019), Casagrande, Alonso e Silva (2019), Costa e Lopes (2018) e Ferreti e Silva (2017) explicitam preocupações com a implementação da BNCC, bem como Canettieri, Paranahyba e Santos (2021), que embora enxerguem avanços da base quanto à percepção das habilidades socioemocionais, levantam o exercício crítico necessário para perceber a apropriação do protagonismo juvenil como pilar da BNCC e cujo fundamento promovido é o de benefício aos jovens que pretendem ter um emprego que lhe proporcione o mínimo de dignidade, as autoras afirmam ser inocente acreditar em asserções nesse sentido.

Ainda se referindo às pesquisas focadas na realização de análises documentais, mais especificamente, inclinadas às implicações da BNCC para os conteúdos a serem privilegiados pelos componentes curriculares, Benassi, Ferreira e Strieder (2020), ao abordarem o ensino de física, temem pela extinção desse componente e de outros componentes filosóficos, sociológicos e psicológicos a depender do itinerário formativo cursado pelo estudante de Ensino Médio. O risco é de desqualificar essa etapa de ensino já que os jovens precisam, sim, de disciplinas científicas como sociologia, filosofia, química, Física, entre outras, para desenvolver uma base científica e prosseguir em seus estudos.

Dantas e Santos (2020) em sua pesquisa exploratória assumem que a BNCC para o Ensino Médio teve uma construção complexa salientando que o documento não explicita uma vertente epistemológica/teórica como aporte aos conteúdos, mas preconiza o diálogo como ação a ser desenvolvida nessa etapa educacional. Nesse sentido, Tussi (2020) analisa uma perspectiva da base como abertura e ampliação do uso de gêneros discursivos jurídicos na sala de aula e considera o movimento implementado pela BNCC inovador no que se refere ao trabalho pedagógico do componente de língua portuguesa. Ademais, ele considera:

[...] o uso de textos como a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, no âmbito interno, e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, no plano internacional a serem discutidos no Ensino Médio, visto que não é da tradição escolar brasileira destacar os gêneros discursivos jurídicos na Educação Básica (TUSSI, 2020, p. 50-51).

Ao analisar conteúdo e contexto, Rodrigues e Mohr (2021) apontam que a BNCC tem um caráter polissêmico e os conceitos utilizados carecem de aprofundamento, pois foi construída de modo acelerado esvaziando assim os conteúdos e consequentemente a formação dos filhos daqueles que vivem do trabalho permanecem aligeirados e reforçam a análise de que a BNCC teve seu processo de publicação acelerado por motivos de construção de legitimidade política no pós-golpe. Quadros (2020) reitera que a reforma do Ensino Médio empreitou a pedagogia das competências, algo marcadamente defendido pelo terceiro setor.

Assim, o trabalho continua a ser ideologicamente pensado para os princípios mercadológicos, entendido como uma atividade no campo da vocação, do empenho, da especialidade e da competência pessoal como livre arbítrio. A ação subjetiva e a competência para o trabalho profissional se elevam ainda mais e alargam o já profundo abismo social e educacional existente no país que por meio de um currículo esvaziado

entrega aos jovens estudantes da educação pública uma qualificação de baixa qualidade não atendendo sequer a promessa de entrada no mercado de trabalho, muito menos condições de uma atuação digna enquanto pessoas pertencentes a um país e integradas à sua sociedade política.

Por currículo esvaziado entende-se a “sobreposição do conhecimento tácito sobre o científico” (BRANCO *et al.*, 2019, p.360), esse entendimento conceitual fomenta uma formação de homens e mulheres que, de acordo com Canettiéri, Paranaíba e Santos (2021, p.16) “serão trabalhadores que não questionam e arcam com as mazelas do cenário construído pelas leis trabalhistas precarizadas”. Embora seja importante e necessária aprofundar os estudos a respeito da BNCC do Ensino Médio, fica fundamentado pelos autores que os fundamentos conceituais que auxiliarão o processo de ensino-aprendizagem dos jovens trabalhadores dirigem a composição do quadro de formação humana que o capital demanda e se distancia da possibilidade de emancipação intelectual.

Dentre as oposições que permeiam os debates sobre as prioridades do Ensino Médio, Canabrava (2020) apresenta que há, por exemplo, quem defenda as habilidades socioemocionais (competências a serem exploradas na escola que vão para além das cognitivas). Segundo o autor o desenvolvimento socioemocional aponta para o caráter social aprendido e as competências socioemocionais estão diretamente relacionadas com as cognitivas, ou seja, os conteúdos devem ser articulados com o contexto social e cotidiano. Portanto, as habilidades socioemocionais podem colaborar para o aprimoramento e fortalecimento das competências cognitivas.

Canettiéri, Paranaíba e Santos (2021) igualmente estudaram as habilidades socioemocionais e concluíram que as políticas mercantis induzem os jovens ao entendimento de que a necessidade de ajuste para o mercado de trabalho é uma responsabilidade individual. Revela-se, desse modo, que o desenvolvimento de habilidades socioemocionais deve ser trabalhado na escola, o que, em contrapartida, permite concluir que ser excluído é uma consequência natural da incompetência e inaptidão individuais. Inclusive, pode-se levar os jovens ao entendimento de que a solução dos problemas sociais, até mesmo a diminuição das desigualdades sociais, está sujeito apenas da transformação individual, mesmo que conserve-se íntata a estrutura econômica e social.

Tussi (2020) interpreta a BNCC a partir da perspectiva de letramento como um conjunto de competências distintas da alfabetização, mais ampla e que, por ser vista como plural e abrangente, visto que ela é integrada por vários tipos de linguagens, serve para os estudantes alcançarem fins específicos na interação social. Para o autor o letramento como prática social provoca a participação intensa do estudante na sociedade, em uma expectativa de igualdade social, em que grupos minoritários, geralmente discriminados por raça, sexo e condição social, também possam atuar diretamente pelo uso do conhecimento científico.

Dantas e Santos (2020) consideram enquanto ponto positivo a abordagem do protagonismo juvenil defendido pela BNCC do Ensino Médio. No entanto a BNCC enfatiza o ativismo privado, o discurso é conduzido para a valorização de potencialidades subjetivas, contudo, não é possível qualquer tipo de protagonismo deslocado das possibilidades de

transformação social, por meio de organizações coletivas, assim, o currículo para o Ensino Médio, assim como para todas as etapas da educação, deve ser elaborado de acordo com demandas e necessidades reais, sociais, globais (ALMEIDA; BATISTA, 2016) e com ampla participação popular.

Ao contrário do que tem sido imposto à sociedade e ofertado às juventudes, Almeida e Batista (2016) afirmam que a proposta do currículo se encaminha para a reprodução de desigualdades e que o conhecimento é minimizado através da Reforma do Ensino Médio e implementado por meio da Base Nacional Comum Curricular, e ainda, conforme analisam Costa e Lopes (2018), condiciona o exercício da cidadania e o domínio do conhecimento científico.

Frente ao entrave que a iniciativa privada representa para a construção de uma educação de Ensino Médio integral e emancipatória, Benassi, Ferreira e Strieder (2020, p. 18) asseveram que “as ações das forças em defesa da educação pública devem ser mobilizadas para construção de currículos complementares à BNCC”, com enfoque para as realidades locais e considerando o contexto social, cultural, político, étnico, fazendo frente às imposições do mercado.

Não é exagero lembrar que na pedagogia competências, fortemente presente na BNCC do Ensino Médio, como já apontamos, a escola assume uma postura que está na contramão da pedagogia politécnica que embasa o currículo do Ensino Médio integrado ofertado pelos Institutos Federais (IF's) que valoriza os conhecimentos científicos reivindicando um currículo unitário na perspectiva crítica de formação humana. Estas duas concepções de educação (neotecnicismo e politécnica) são inconciliáveis, pois, situam-se em marcos teóricos, epistemológicos, políticos e pedagógicos muito diferentes.

Canabrava (2020, p. 116) aponta que há na BNCC um “aspecto progressista que fomenta a proposição de atividades que conectem a escola com outros setores da sociedade; por exemplo, requerer transporte para levar os estudantes a espaços culturais e de ciência” ainda que o financiamento pra isso não esteja assegurado por nenhuma política orçamentaria. A autora também aborda as tecnologias informacionais no contexto do Ensino Médio e salienta a ambiguidade do uso dos recursos de Ensino à Distância (EAD) que “são enriquecedores para o estudante quando são capazes de encurtar distâncias e aproximá-lo de outras realidades, entretanto, podem ser alienantes, deixando o estudante em uma trajetória personalizada, porém solitária” (CANABRAVA, 2020, p. 117).

Supostamente os aspectos progressistas que constam na BNCC são frutos de discursos apropriados a partir dos interesses da sociedade e entidades organizadas, além de contar também com a ação dos movimentos sociais que resistiram e avançaram em alguns pontos, que, provavelmente iam de encontro com os interesses das instituições do capital.

## O público e o privado nos embates pelo Ensino Médio: ao currículo e além

Quadros (2020) esclarece que a Lei nº13.415/2017 (BRASIL, 2017) termina por promover alterações profundas na LDBEN 9694/96. O Art. 36 §11 ao recomendar até 20% da oferta do Ensino Médio no formato EaD, 600 horas anuais, inclusive por meio de terceirização. Vejamos:

§ 5º Na modalidade de educação de jovens e adultos é possível oferecer até 80% (oitenta por cento) de sua carga horária a distância, tanto na formação geral básica quanto nos itinerários formativos do currículo, desde que haja suporte tecnológico – digital ou não – e pedagógico apropriado.

§ 15. As atividades realizadas a distância podem contemplar até 20% (vinte por cento) da carga horária total, podendo incidir tanto na formação geral básica quanto, preferencialmente, nos itinerários formativos do currículo, desde que haja suporte tecnológico – digital ou não – e pedagógico apropriado, necessariamente com acompanhamento/coordenação de docente da unidade escolar onde o estudante está matriculado, podendo a critério dos sistemas de ensino expandir para até 30% (trinta por cento) no Ensino Médio noturno (BRASIL, 2018, p. 10).

Em parceria com setor privado significa dizer que será ofertada com recurso público uma nova forma de privatização, ou seja, permite um Ensino Médio público, de oferta público-privada (SILVA, 2018) cujos os sistemas de ensino estadual, municipal e federal “poderão reconhecer competências e firmar convênios com instituições de educação a distância com notórios reconhecimentos” (BRASIL, 2017, p. 04). A Lei não institui quais são os parâmetros para o que o texto chama de “notório conhecimento” gerando uma forte liberalização para as empresas de serviços e produtos educacionais.

A influência empresarial na educação tem ênfase no interesse pela “formação de uma submissão ativa” dos jovens à racionalidade mercantil” (QUADROS, 2020, p. 19). Nesse aspecto, Canetti, Paranaíba e Santos (2021) coadunam com essa perspectiva, visto que elas chamam atenção novamente aos discursos de protagonismo juvenil propostos na BNCC como se fossem criados para o benefício das juventudes ao mesmo tempo que o currículo mínimo não permite que essa mesma juventude tenha condições de perceber o malabarismo político e econômico que se tem feito para reduzir o papel da escola e do Estado no desenvolvimento dessa parcela da população.

O setor público e o privado, no currículo brasileiro, são apresentados nos trabalhos analisados pelo contexto histórico da dualidade fundante do Ensino Médio e de acordo com Quadros (2020, p. 26), “da aristocracia rural até o Estado Novo era privilégio de homens e ruralistas”. Assim dizendo, o Ensino Médio no Brasil desde de sua origem tem gênero e classe social. Na outra face dessa dualidade fundante tem-se os embates e tensões entre os interesses liberais e progressistas que se dão, por exemplo, no campo da legislação e no currículo e onde o setor privado se beneficia em ambos os lados. Exemplo disso foi a presença expressiva e porque não dizer decisiva de representantes dos aparelhos privados de hegemonia da classe empresarial que compõem a ONG Movimento pela Base Nacional

Comum<sup>4</sup> e Todos Pela Educação<sup>5</sup>. Analisando o papel dos empresários enquanto intelectuais orgânicos, Gramsci (2000) observou que:

[...] o empresário representa uma elaboração social superior, já caracterizada por uma certa capacidade dirigente e técnica (isto é, intelectual): ele deve possuir uma certa capacidade técnica, não somente na esfera restrita de sua atividade e de sua iniciativa, mas também em outras esferas, pelo menos nas mais próximas da produção econômica (deve ser um organizador de massa de homens, deve ser um organizador da "confiança" dos que investem em sua empresa, dos compradores de sua mercadoria, etc.). Se não todos os empresários, pelo menos uma elite deles deve possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo complexo organismos de serviço, até o organismo estatal, tendo em vista a necessidade de criar as condições mais favoráveis a expansão da própria classe; ou pelo menos, deve possuir a capacidade de escolher os "prepostos" (empregados especializados) a quem confiar esta atividade organizativa das relações gerais exteriores à empresa (GRAMSCI, 2000, p. 15-16).

Demonstra-se assim o que Habermas (2013) chama de ação instrumental que se orienta por regras técnicas e buscam o controle eficiente da realidade. Essa instrumentalização desencadeia um processo pelo qual o progresso da sociedade está ligado à lógica do progresso técnico científico, em que "as decisões públicas são substituídas por equipes de administradores técnicos", a esse processo Habermas (2013, p. 73-74) chama de tecnocracia.

O progresso técnico-científico como fundamento da vida social, dita os debates públicos (HABERMAS, 2013), inclusive, acerca do currículo do Ensino Médio corroboram com uma forma que perpetua o dualismo entre o trabalho e a educação. Almeida e Batista (2016, p. 18) complementa tal ideia ao afirmar que "as contradições existentes entre trabalho e educação geram tensões e reflexos sobre a oferta de formação propedêutica e profissional para a última etapa da Educação Básica".

A dualidade que estrutura essa etapa de ensino se estabelece pela tensão de duas forças que se embatem na defesa de seus interesses a serem implementados por intermédio de políticas públicas educacionais. Uma dessas forças representa o mercado, por meio de instituições privadas que buscam aumentar seus lucros tendo o Estado como cliente, além de impor uma formação de mão-de-obra barata e flexível legitimados pelos currículos, se apropriando dos conteúdos escolares para tal finalidade. A outra força é representada pelos movimentos sociais de resistência às imposições do mercado e proposição de uma educação integral de qualidade socialmente referenciada.

Canabrava (2020) traz à discussão do crescimento da atuação das empresas do terceiro setor na educação pública no que tange à formação de professores e aponta a necessidade frear essa tendência. A autora discute a interferência da BNCC não apenas nos currículos da Educação Básica, mas também nos cursos de nível superior,

---

<sup>4</sup> As instituições que compõem o "movimento pela base nacional comum", criado em 2013, são: Abave, Cenpec, Consed, Fundação Lemann, Fundação Maria Cecília Souto Vidal, Fundação Roberto Marinho, Instituto Ayrton Senna, Instituto Inspirare, Instituto Natura, Unibanco, todos pela Educação e Undime. Disponível em: <http://movimentopelabase.org.br/quem-somos/>.

<sup>5</sup> O agente empresarial representa um número, quantitativamente e qualitativamente, importante de membros fundadores do Todos Pela Educação (MARTINS, 2013).

demonstrando a ação articulada entre mercado e um Estado privatizado. Quadros (2020) levanta um ponto que é interessante na análise do interesse privado sobre a Educação Básica, ele afirma que ao contrário do que ocorre com a educação superior, em que as instituições privadas têm o monopólio das matrículas, na Educação Básica ocorre o inverso, as instituições públicas apresentam o maior número de estudantes matriculados.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), por meio do censo 2016- 2020, aponta que a rede privada detém 0,9% das matrículas da Educação Básica e que elas são majoritariamente oriundas da zona urbana, em 2020 foram registradas 7,6 milhões de matrículas no Ensino Médio, rompendo com as quedas percentuais percebidas nos anos anteriores, desse número 84,1% são estudantes das redes estaduais, 12,3% da rede privada e 3,1% da rede federal (INEP, 2021).

Comparando os dados do Ensino Médio com os da educação infantil e ensino fundamental, realizados pelo censo, é possível perceber que há não apenas a existência da rede privada como também a da rede privada conveniada, esta última, não consta no cômputo dos dados referentes ao Ensino Médio, contudo, a reforma prevê a possibilidade de convênios com instituições privadas o que pode indicar a existência desse campo no censo quando for analisar o Ensino Médio após a implementação da Lei da reforma.

Antes mesmo da pandemia da Covid-19 suspender as aulas presenciais, os dados do censo apresentaram queda em relação ao número de matrículas na Educação Básica ocasionada pela retração da iniciativa privada e sua perda de estudantes, entretanto, o Ensino Médio apresentou um crescimento, mas ainda assim é a etapa da Educação Básica com maior percentual de reprovação (BERMÚDEZ, 2021). Deste modo, a reforma do Ensino Médio consiste naquilo que Quadros (2020, p.133-134) chama de “combinações de fatores: um aumento de produtividade e uma abertura de mercado em potencial”. Tudo isso, usando a estrutura do Estado.

Estado privatizado é a ação de pessoas privadas na esfera pública e pode ser caracterizado por aquilo que Habermas (2014) afirma ser uma reunião pública de reivindicação da esfera pública por pessoas privadas contra o próprio poder público, especialmente no tocante à temas socialmente relevantes como o trabalho e suas relações. Daí o interesse do mercado no Ensino Médio da educação pública, visto que nele já pode ser formada uma grande quantidade de futuros jovens profissionais para os trabalhos, especialmente, de profissões desprestigiadas socialmente, o que atende aos anseios das grandes corporações. Aos estudantes jovens oriundos das classes com maior capital cultural e econômico o Ensino Médio propicia uma preparação para o avanço nos estudos e acesso à universidade.

No que se refere às pesquisas de análise documental são trazidas à discussão a imagem de jovem do Ensino Médio da rede pública proposta na BNCC, eles são vistos como “trabalhadores de macacão em potencial”, em referência aos jovens que terão sua apressada profissionalização nessa etapa (CASAGRANDE; ALONSO; SILVA, 2019, p. 412) e, cuja “formação escolar não assegura um emprego”(CANETTIERI; PARANAHYBA; SANTOS, 2021, p. 16) pois é oriundo de uma escola cujo currículo é esvaziado (BRANCO *et al.*, 2019). Assim:

O que chama a nossa atenção é a noção de conhecimento, que pode ser discutida em relação a outros elementos não ditos como “informação”, “reconhecimento”. A BNCC toma o conhecimento como uma racionalidade instrumental, naturalmente objetivo e neutro, mobilizado como algo pronto, acabado, capaz de ser aplicado, ativado, utilizado por um sujeito intencional e consciente capaz de dominá-lo e controlá-lo. Um conhecimento transparente, sem equívocos, em situação de uso, de comunicação como ação individual na solução de problemas coletivos, sociais (SILVA, 2018, p. 112).

Para Duarte (2001), a ideia de que o conhecimento quando construído pelo sujeito a partir de si mesmo é mais valoroso, e a habilitação metodológica na aquisição do conhecimento é mais importante do que os conteúdos que estão sendo transmitidos e que a solução de problemas coletivos está na ação individual, todos esses fatores acabam por acarretar à legitimação do pragmático presente na sociabilidade capitalista. Assim se permite acentuar o programa empresarial na educação, bem como “faz recair sobre a escola a obrigação de implementar a liberdade de escolha que o documento anuncia, porém não oferece condições de construção” (COSTA; LOPES, 2018, p. 317).

Vale ressaltar que em termos de condições, uma em cada quatro escolas públicas no Brasil não tem acesso à internet, quando se analisa a região norte, o percentual de escolas sem internet chega a 56,7%, quando na região sul a taxa cai para 3,7% (BERMÚDEZ, 2021).

Ferreti e Silva (2017) retomam a questão levantada pelas pesquisas históricas acerca do embate entre as forças do mercado e da sociedade, expondo que, embora nas audiências sobre a formação pretendida pela Reforma do Ensino Médio houvesse equiparado a quantidade de representantes dos dois lados, as requisições de ordem social não foram ouvidas e as deliberações responderam aos interesses privados.

Dentre as pesquisas com enfoque histórico, selecionadas a partir do trabalho realizado no portal de periódico da Capes, pode-se enfatizar o caráter de adequação da formação dos jovens estudantes, imposto pela Reforma do Ensino Médio através da BNCC, às necessidades econômicas e do mercado (ALMEIDA; BATISTA, 2016), gerando uma tensão e mobilização social e ativismo em prol de uma educação integral e emancipatória (CANABRAVA, 2020).

Os resultados das pesquisas apontam que a BNCC e a Reforma do Ensino Médio são frutos de uma política de pós-golpe parlamentar que tem caráter privatista em que a BNCC prejudica a formação dos estudantes do Ensino Médio das escolas públicas, as quais são destinadas uma formação para o mercado de trabalho sob a falácia de que responde aos interesses dos jovens oriundos das classes trabalhadoras, quando, na verdade, reproduz desigualdades sociais e educacionais, aligeirando os estudos, rebaixando os conteúdos, inserindo a ideologia privatista nas escolas, por meio de um currículo predefinido, numa demonstração que a BNCC é um instrumento de controle instituído no pós-golpe parlamentar.

## **A BNCC do Ensino Médio e a educação dos jovens filhos da classe trabalhadora**

Tussi (2020), além de Dantas e Santos (2020), não destacam em seus artigos o cenário político no qual a BNCC foi publicada tal qual analisamos nos autores já citados. Porém, empreendem uma discussão a propósito da oposição entre “letrado e o iletrado”, sobre a apresentação e discussão acerca da estrutura jurídica brasileira e as etapas de proposição de leis, tudo dentro de uma ótica interdisciplinar.

Dantas e Santos (2020) abordam um olhar a partir da linguística e dão enfoque ao dialogismo na BNCC e faz uma análise dialógica do discurso do documento e articulam que:

O diálogo ao qual a Base faz referência não diz respeito apenas a uma mera conversa entre pessoas, no sentido de ouvir, quando se está falando. O diálogo aqui solicitado se faz cotidianamente, no tempo e espaço dos sujeitos ativos e responsivos, observando a cultura na qual estão inseridos. É o diálogo que leva ao dialogismo. E, por dialogismo, grosso modo, entendemos ser a compreensão de que um enunciado sempre será a resposta a outros vários e incontáveis enunciados anteriores que, uma vez concretizados, darão possibilidades de concretização para enunciados futuros (DANTAS; SANTOS, 2020, p. 298).

Tal ideia assinala para apreensão de que a palavra é um território de muitos jovens e assim sendo, pode ser lida como enunciado de diferentes vozes que dialogam e interagem. Acerca da percepção das “juventudes” a essência para o novo Ensino Médio, enquanto política de Estado deveria ser a de romper com a lógica de que a etapa está vinculada à continuidade nos estudos apenas para jovens privilegiados (CASAGRANDE; ALONSO; SILVA, 2019). Entretanto, é sabido que a política educacional está articulada a ideologias não propriamente comprometidas a dizimar ou melhorar as disparidades encontradas hoje em termos sociais e econômicos principalmente de jovens periféricos.

Foram encontrados nos artigos de Casagrande, Alonso e Silva (2019) enumerações a respeito do fato de que a BNCC interfere não somente na dinâmica do trabalho escolar, ela se insere nas discussões dos cursos de licenciatura. A ideia aqui é o conhecimento escolar traduzido num tipo de qualificação prática e comportamental dos jovens estudantes para a vida em sociedade consequentemente sendo preciso uma formação para os professores mais prática. Substitui-se, assim, a ideia de qualificação a partir da aquisição de saberes formalmente verificáveis sob a forma dos diplomas por um novo tipo de aquisição comportamental e orientada ao capitalismo empresarial.

Objetiva-se a busca pelo enfraquecimento das críticas ao capitalismo, assim como também enfraquecer a luta pela revolução que possibilite a superação radical deste sistema, justificando a supervalorização da subjetividade. O enfraquecimento das críticas ao capitalismo é camuflado pelos debates de outras questões sociais, tais como a ética na política e na vida cotidiana, pela defesa dos direitos do cidadão e do consumidor, pela consciência ecológica, pelo respeito às diferenças sexuais, étnicas ou de qualquer outra natureza.

Segundo Benassi, Ferreira e Strieder (2020, p.17), quem normatiza os currículos no Brasil é a BNCC, ela foi publicizada como uma proposta de melhoria, contudo as autoras afirmam que “as partes complementares a serem produzidas pelos sistemas de ensino é que carregam a possibilidade de avanço”. Almeida e Batista (2016, p.18) complementam que “os grupos subjugados tendem a continuar submetidos às regras estabelecidas e ao conformismo da sua condição desfavorecida socialmente, reproduzindo e confirmando as relações de poder”. Nessa direção é preciso esclarecer que a educação que se quer para os jovens filhos daqueles que vivem do trabalho deve ter como objetivo a inserção efetiva desse alunado na sociedade por meio do trabalho, proporcionando-lhes um conjunto de habilidades para que possam atuar de forma autônoma, tendo domínio básico das novas tecnologias e conhecimento sobre as possíveis atividades profissionais que podem desenvolver.

Assim, o currículo do Ensino Médio não pode ser fechado e rígido e nem se opor à justaposição das disciplinas e ao acréscimo de um ano de disciplinas do núcleo técnico ao Ensino Médio propedêutico sob pena de ser inoperante.

Oliveira, Parisotto e Messias (2019) são contundentes ao assegurar a dualidade da BNCC do Ensino Médio, mas embora seja um documento impositivo, tem em si não apenas os anseios do mercado, mas também os interesses sociais conquistados através de luta, mobilização e resistência dos movimentos da sociedade que defendem a educação pública.

É certo de que a dualidade no Ensino Médio pode ser vista de diferentes formas e é apropriada no discurso dos que propõem a reforma igualmente de formas diversas. Segundo Silva(2018), ainda que se possa afirmar que o debate da “dualidade” não esteja plenamente superado, é preciso lembrar que o Ensino Médio trata-se de uma etapa da Educação Básica, garantida por Lei, desde a LDBEN-1996. De tal modo, não podemos negar os avanços substanciais alcançados pelas políticas públicas no nível médio tanto profissionalizantes quanto no sentindo de entrada nas universidades, todavia, estamos em vias de retrocesso. Assim, a formação humana e a politécnica se imbricam na formação de todos os estudantes usuários do Ensino Médio e está relacionada:

Aos fundamentos das diferentes modalidades de trabalho e tem como base determinados princípios, determinados fundamentos, que devem ser garantidos pela formação politécnica. Por quê? Supõe-se que, dominando esses fundamentos, esses princípios, o trabalhador está em condições de desenvolver as diferentes modalidades de trabalho, com a compreensão do seu caráter, da sua essência. Não se trata de um trabalhador adestrado para executar com perfeição determinada tarefa e que se encaixe no mercado de trabalho para desenvolver aquele tipo de habilidade. Diferentemente, trata-se de propiciar-lhe um desenvolvimento multilateral, um desenvolvimento que abarca todos os ângulos da prática produtiva na medida em que ele domina aqueles princípios que estão na base da organização da produção moderna (SAVIANI, 2003, p. 40).

O trabalho, ideologicamente pensado para os princípios mercadológicos é amplamente apregoado na BNCC do Ensino Médio de forma a ser entendido como uma atividade no campo da vocação, do empenho, da especialidade e da competência pessoal enquanto livre arbítrio. A ação subjetiva e a competência para o trabalho profissional se alastram no campo educacional e agora, como nunca antes na história da educação brasileira, respaldo pelo currículo. Contudo, não há respaldo legal na Lei nº 13.415/2017,

que reforma o Ensino Médio que garanta às juventudes escolher seus itinerários formativos, logo, os jovens continuarão sem estudar o que desejam, pois a reforma do Ensino Médio traz apenas que os itinerários formativos serão ofertados pelas secretarias de estado conforme suas condições, e estarão submetidos à BNCC que é um instrumento de controle que propaga a ideia de um currículo no sentido estrito, de listagens de conteúdo.

De tal modo, pode se afirmar que a BNCC significa um retrocesso à educação rebaixando os conteúdos e relegando aos estudantes oriundos das classes trabalhadoras uma formação voltada ao atendimento dos interesses do mercado que acentuará as desigualdades educacionais e sociais já profundas e conhecidas da sociedade brasileira. O Ensino Médio público não é agora apenas locus de formação de mão-de-obra barata, nele, as instituições privadas veem a possibilidade de aumento de seus negócios por meio da sistemática criação de evidências que apontam o Estado como ineficiente na gestão dessa etapa da Educação Básica brasileira e venda de pacotes de serviço ao setor público.

## **Considerações finais**

As pesquisas que fizeram parte desse estudo são oriundas das regiões Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Sul do Brasil. Os resultados apontam que os discursos da BNCC se apropriam dos interesses legítimos da sociedade em prol da educação e normatiza uma educação voltada para uma formação baseada em conteúdos que privilegiam a ideologia privatista.

Fica explícito nos artigos analisados nessa pesquisa a disputa pela formação dos jovens e a colonização do poder público pela iniciativa privada através da promulgação da reforma do Ensino Médio e a implementação da BNCC nas escolas. No que se refere à formação temos a submissão ativa à racionalidade mercantil e no tocante à colonização do poder público tem-se a abertura do mercado à Educação Básica por meio do Ensino Médio, que é, ainda, prioritariamente, ofertado pelas instituições públicas.

Os trabalhos publicados no Portal de Periódicos Capes/MEC trazem a irracionalidade presente na reforma do Ensino Médio ao interpretar os jovens estudantes de forma abstrata e não inserido em relações sociais de classe. Trazem a apreciação de eficiência dentro da lógica da abordagem por competências voltadas para o trabalho, que em última instância dita padrões a serem seguidos e perseguidos.

É importante, nesse momento considerar que as conjecturas imbuídas nas interpretações dos trabalhos que constituíram esse estudo apontam no sentido de que a BNCC do Ensino Médio diminui o papel tradicionalmente atribuído aos profissionais que atuam na educação e aumenta a importância dos conhecimentos tácitos dos estudantes, deslocando do âmbito social para o individual. Isso significa que o Ensino Médio público não é agora apenas locus de formação de mão-de-obra barata, nele, as instituições privadas veem a possibilidade de aumento de seus negócios por meio da sistemática criação de evidências que apontam o Estado como ineficiente na gestão dessa etapa da educação básica brasileira e venda de pacotes de serviço ao setor público.

## Referências

ALMEIDA, Bellucci Pires de Ivanete; BATISTA, Soares dos Santos Sueli. Educação profissional no contexto das reformas curriculares para o Ensino Médio no Brasil. *EccoS Revista Científica*, São Paulo, n. 41, p. 17-29, set./dez., 2016. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/6804/3373>. Acesso em: 5 maio 2021.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: Fundamentos e História*. São Paulo: Cortez, 2010.

BENASSI, Beatrís Pasuck Cassiane; FERREIRA, Grando Mariane; STRIEDER, Dulce Maria. O percurso do ensino de física na Educação Básica: um olhar comparativo entre os PCNS e a BNCC. *Arquivos do Mudi*, [S. l.], v. 24, n. 3, p. 11-20, dez., 2020. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ArqMudi/article/view/55333>. Acesso em: 1 maio 2021.

BERMÚDEZ, Ana Carla. Número de matrículas na Educação Básica cai pelo 4º ano consecutivo no país. *Uol Educação*. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2021/01/29/numero-de-matriculas-na-educacao-basica-cai-pelo-4-ano-consecutivo-no-pais.amp.htm>. Acesso em: 17 jan. 2022.

BRANCO, Alessandra Batista de Godoi *et al.* Urgência da reforma do Ensino Médio e emergência da BNCC. *Revista Contemporânea de Educação*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 29, p. 345-363, jan./abr., 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/22187/pdf>. Acesso em: 1 maio 2021.

BRASIL. *Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017*. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto -Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto - Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. 2017b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm). Acesso em: 20 fev. 2021.

BRASIL. *Resolução Nº 3, de 21 de novembro de 2018*. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: MEC/SEB, 2018. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=102481-rceb003-18&category\\_slug=novembro-2018-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=102481-rceb003-18&category_slug=novembro-2018-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 14 abr. 2023.

CAETANO, Maria Raquel. Agora o Brasil tem uma Base! A BNCC e as influências do setor empresarial. Que Base? *Educação em Revista*, Marília, v.21, n. 02, p. 65-82, julho, 2020. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/9993>. Acesso em: 2 maio 2021.

CANABRAVA, Bruna Werneck. Ensino Médio no Rio de Janeiro: como avançar em contexto adverso. *E-mosaicos. Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues Silveira (CAp- UERJ)*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 21, p. 107-119, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://doaj.org/article/50fc51adffc5491eb3ae2289638013a3>. Acesso em: 3 maio 2021.

CANETTIERI, Marina Kurotusch; PARANAHYBA, Jordana de Castro Balduino; SANTOS, Soraya Vieira. Habilidades socioemocionais: da BNCC às salas de aula. *Educação & Formação*, [S.l.], v. 6, n. 2, p. 1-21, março, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/4406>. Acesso em: 5 maio 2021.

CASAGRANDE, Ana Lara; ALONSO, Katia Morosov; SILVA, Danilo Garcia da. Base nacional comum curricular e Ensino Médio: reflexões à luz da conjuntura contemporânea. *Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 19, n. 60, p. 407-425, jan./mar., 2019. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/24033/23268>. Acesso em: 4 maio 2021.

COSTA, Hugo Heleno Camilo; LOPES, Alice Casimiro. A contextualização do conhecimento no Ensino Médio: tentativas de controle do outro. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 39, n. 143, p. 301-320, abr./jun., 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/W4MMBN4nfbVN7qn9xM5GcfQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 6 maio 2021.

COSTA, Nayara Ferreira et al. A instrumentalização da educação brasileira: a reforma do Ensino Médio. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 10, n. 3, p. 176-185, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/25850>. Acesso em: 17 ago. 2021.

DANTAS, Wallace; SANTOS, Eliete Correia dos. As ideias linguísticas do círculo de Bakhtin na base nacional comum curricular (BNCC). *Macabéa – Revista Eletrônica do Netlli*, v. 9, n. 3, p. 287-303, jul/set., 2020. Disponível em: <http://periodicos.urca.br/ojs/index.php/MacREN/article/view/2401/1810>. Acesso em: 3 maio 2021.

DIAZ, Martha Melizza Ordóñez; MENDOZA, Brigitte Julieth Rodriguez. Influência de los organismos internacionales en las reformas educativas em Latinoamérica. *Educación y Ciudad*, Bogotá, n. 34, p. 101-112, jan./jun., 2018. Disponível em: <https://revistas.idep.edu.co/index.php/educacion-y-ciudad/article/view/1879>. Acesso em: 22 ago. 2021.

DUARTE, Newton. As pedagogias do “aprender a aprender” e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento. *Revista Brasileira de Educação*, Belo Horizonte, n. 18, 2001.

FÁVERO, Altair Alberto; CENTENARO, Junior Bufon; BUKOWSKI, Chaiane. Uma revolução controlada? A BNCC como política de centralização. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 1676-1701, out./dez., 2021. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/52689/38432>. Acesso em: 10 jan. 2022.

FERRETI, Celso João; SILVA, Monica Ribeiro da. Reforma do Ensino Médio no contexto da Medida Provisória nº 746/2016: Estado, currículo e disputas por HEGEMONIA. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 38, n. 139, p. 385-404, abr./jun., 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/LkC9k3GXWjMW37FTfSsKTg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 6 maio 2021.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HABERMAS, Jurgem. *Técnica e Ciência como “ideologia”*. Lisboa: Edições 70, 2013.

HABERMAS, Jurgem. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Censo da Educação Básica 2020: resumo técnico*. Brasília: 2021. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/resumo\\_tecnico\\_censo\\_escolar\\_2020.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2020.pdf). Acesso em: 26 maio 2021.

LOWY, Michael. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. In: JINKINS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (org.). *Por que gritamos golpe: para entender o impeachment e a crise*. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 55-59.

MARTINS, Érika Moreira. *“Movimento Todos Pela Educação”*: um projeto de nação para a educação brasileira. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2013. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/915751>. Acesso em: 14 abr. 2023.

OLIVEIRA, Andréa Ramos; PARISOTTO, Ana Luzia Videira; MESSIAS, Rozana Aparecida Lopes. Base Nacional Comum Curricular: um olhar sobre a ação docente, sua formação e o ensino da língua materna. *Educação em Revista*, Marília, v.20, n.2, p.43-60, set., 2019. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/8457>. Acesso em: 7 maio 2021.

QUADROS, Sérgio Feldemann de. *A influência do empresariado na reforma do Ensino Médio*. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2020.

RODRIGUES, Larissa Zancan; MOHR, Adriana. “Tudo deve mudar para que tudo fique como está” Análise das implicações da Base Nacional Comum Curricular para a Educação em Ciências. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 1483-1512, out./dez., 2021. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/55926>. Acesso em: 10 jan. 2022.

SACRISTÁN, José Gimeno. Introdução. In: SACRISTÁN, José Gimeno et al. (org.). *Educar por competências: O que há de novo?* Porto Alegre: Artmed, 2011.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Alienígenas na sala de aula*. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 159-177.

SAVIANI, Dermeval. O choque teórico da politécnica. *Revista Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 2003.

SAVIANI, Demerval. *Escola e Democracia*. Campinas: Autores Associados, 2012.

SILVA, André Ribeiro et al. Educação Precoce: Uma Revisão Integrativa de Literatura. *Pensar a Prática*, Goiânia, v. 20, n. 4, p. 853-863, out./dez., 2017. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/44215>. Acesso em: 12 jan. 2022.

SILVA, Monica. R. A BNCC e o Ensino Médio: o resgate de um empoeirado discurso. *Educação em Revista*. Belo Horizonte, v. 34, 2018.

SOUZA, Daniela Maysa de; BACKES, Vânia Marli Schubert; PRADO, Marta Lenise do. Formação docente na educação profissional técnica de nível médio: uma revisão integrativa da literatura. *Interfaces da Educação*, Paranaíba, v. 7, n. 20, p. 211-235, set., 2016. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/987>. Acesso em: 10 jan. 2022.

TUSSI, Matheus Gazzola. Letramentos e Gêneros Discursivos Jurídicos no Ensino Médio: Possibilidades de Estudo a Partir da Base Nacional Comum Curricular. *Linguagem em Foco*, Fortaleza, v. 12, n. 1, p. 41-54, maio, 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/3114>. Acesso em: 1 maio 2021.

VOSGERAU, Dilmeire Sant'Anna Ramos; ROMANOWSKI, Joana Paulin. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. *Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, jan./abr., 2014. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/2317/2233>. Acesso em: 15 set. 2021.

### Como citar este documento:

MELO, Lana Cristina Barbosa de; MATOS, Maria Almerinda de Souza; COSTA, Nayara Ferreira. A nova BNCC do Ensino Médio: Uma revisão de trabalhos publicados no Portal de Periódicos Capes/MEC. *Revista Espaço Pedagógico*, Passo Fundo, v. 30, e14324, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5335/rep.v30i0.14324>.